

---

## A CONSTRUÇÃO DOS VALORES MORAIS NA ESCOLA POR MEIO DE PRÁTICAS DE VIRTUDE

---

Priscila Ferreira Mazzini<sup>1</sup>  
Clarisse Zan de Assis Bastos<sup>2</sup>

### Resumo

O presente estudo, de natureza teórica, teve como objetivos analisar a importância do ambiente escolar como um lugar onde podem e devem ser desenvolvidas atividades que promovam a construção de valores morais e virtudes, relacionando tais propostas com pressupostos da Psicologia Genética de Jean Piaget. O percurso realizado foi o de, primeiramente, abordar o meio, neste caso, a escola, e sua contextualização com experiências de problematização moral. Na sequência, foram descritas considerações sobre a importância da construção de relações de cooperação, partindo principalmente do diálogo, como prática procedimental para discussão de situações reais que possibilitem a construção de valores morais na escola. Por fim, foi feita uma caracterização teórica a respeito de atividades possíveis de serem desenvolvidas na ação escolar diária, por meio de métodos ativos, que favoreçam à construção de práticas morais.

**Palavras Chave:** Ambiente Escolar; Psicologia Genética; Práticas Morais.

---

<sup>1</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Marília: [priscila.fmazzini@gmail.com](mailto:priscila.fmazzini@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Marília: [clarisse.zan@gmail.com](mailto:clarisse.zan@gmail.com)

## CONSTRUCTION OF MORAL VALUES IN SCHOOL BY VIRTUE OF PRACTICE

---

### Abstract

This study, theoretical in nature, aimed to analyze the importance of the school environment as a place where they can and should be developed activities that promote the construction of moral values and virtues, relating these proposals with assumptions of Genetics Jean Piaget Psychology. The course was held the first approach the medium, in this case, the school and its context with experiences of moral questioning. Following, considerations have been described on the importance of building cooperative relations, based mainly on dialogue as procedural practice to discuss real situations that allow. Finally, a theoretical characterization was made as to possible activities to be developed in daily school action through active methods that favor the construction of moral practices.

**Keywords:** School Environment; Genetic Psychology; Moral practices.

### Introdução

Este estudo, de cunho teórico, tem por objetivos analisar a importância do ambiente escolar para promoção da construção de valores morais e apresentar possíveis práticas diárias a serem desenvolvidas pelo professor, como práticas morais de virtudes, visando o exercício de relações de cooperação, relacionando tais propostas com pressupostos da Psicologia Genética de Jean Piaget. Considerando o ambiente escolar importante para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e moral do sujeito, buscamos demonstrar como ele pode tornar-se ainda mais significativo na medida em que o professor desenvolva em sua ação diária exercícios voltados ao estabelecimento expressivo de relações interpessoais na escola.

Para atingir tais objetivos, este texto está dividido em três partes: primeiramente, tratamos de abordar o conceito de moral; na sequência, apre-

sentamos a concepção de valores morais e chamamos a atenção para a importância do trabalho na escola, transformando-se em rotina; e por fim, ressaltamos uma forma de se trabalhar a construção dos valores morais na escola, por meio das práticas morais de virtudes.

### **Desenvolvimento Moral**

A Moral pode ser considerada como um conjunto de regras obtidas nas relações culturais e socialmente estabelecidas e que interfere no comportamento das pessoas dentro de uma sociedade. Essas regras estabelecidas pela moral regem a conduta do ser humano e estão relacionadas aos valores estabelecidos coletivamente por meio da consciência de que há a necessidade de diferenciar as coisas boas (respeito, solidariedade, paz) das ruins (violência, desrespeito, intolerância), com o objetivo de buscar o bem-estar comum.

Toledo (2003), diferencia a moralidade, da obediência inconsciente das regras. Segundo ele, baseando-se em Hegel, a moralidade está ligada a uma liberdade em relação a fazer o que é certo pela própria vontade ou consciência. Para ele, a moral está diretamente ligada à vontade internalizada de agir moralmente bem. As contribuições da psicologia permitem-nos avaliar o conhecimento moral e sua relação com a ação e sentimentos humanos.

O presente texto apresenta a moralidade como um aspecto importante do desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano é um processo, que acontece na interação dos indivíduos em diferentes meios. No decorrer desse processo a escola tem papel fundamental para a construção da moralidade e principalmente de valores que vão influenciar o sujeito para toda a vida. Por meio da interação entre os pares e as experiências obtidas na escola, o aluno pode ter a oportunidade de construir uma opinião crítica referente à moral e aos

valores, e sua importância na escola e na sociedade. Segundo Vinha e Tognetta (2009, p.527):

Será durante a convivência diária, desde pequena, com o adulto, com seus pares, com as situações escolares, com os problemas com os quais se defronta, e também experimentando, agindo, que a criança irá construir seus valores, princípios e normas.

La Taille e Menin (2009), nos falam sobre duas morais que seriam: o bem de si, e o bem do próximo. Nesta concepção, o que poderíamos pensar sobre moralidade? Para que haja a moral, faz-se necessário respeitar as regras advindas das necessidades grupais, mas também é preciso respeitar o próximo e seus pensamentos e sentimentos.

A moralidade está relacionada à ação do sujeito, ou seja, os atos que os indivíduos tomam a partir de relações interpessoais e com o meio em que vivem, contudo a moralidade não se resume aos atos. Piaget (1932/1994), aborda o desenvolvimento do juízo moral que se relaciona à ação, mas não de maneira direta, ou seja, os juízos morais encaminham ações morais de modo possível, mas não necessário.

Na construção do juízo moral, Piaget (1932/1994), identifica três momentos: a anomia, a heteronomia e a autonomia. A anomia é natural na criança pequena, é a ausência da consciência das regras. A anomia deve ser entendida como “o estado de desorganização social”, em que os sujeitos são incapazes de pensar criticamente acerca dos fenômenos que acontecem a sua volta e de integrarem-se em relações sociais. (MEIRELES, 2004).

Segundo Meireles (2004, p.70):

A anomia é um vocábulo com dupla significação: violação da lei, ou ilegalidade, e ausência de lei preestabelecida. Na sociologia é um fenômeno que indica carência de normas, de leis reguladoras, e que se

estabelece durante determinadas circunstâncias históricas dentro de um dado grupo social.

Pode ser entendida ainda como a falta das normas que regem a conduta humana e asseguram a ordem social.

Heteronomia é sujeitar-se às leis vindas de outros. Suas atitudes e regras decorrem de uma força exterior ao sujeito (LA TAILLE, 2007). Piaget (1932/1994), ressalta ainda que a heteronomia seria a falsa liberdade, pois as regras não estão internalizadas no sujeito. O sujeito heterônomo submete-se a regras impostas e necessita que estas venham de seus “superiores”, pois este ainda não tem a capacidade de, por meio das relações de coletividade, interpretá-las ou modificá-las, se necessário. Para ele, essas regras devem ser obedecidas, e jamais modificadas. Porém, na ausência de autoridade, as regras são esquecidas.

Segundo Piaget (1932/1994), a consciência moral evolui da heteronomia para a autonomia. A autonomia “corresponde à cooperação, ao respeito mútuo, à negociação dos acordos, ao equilíbrio dos poderes, à vigilância mútua.” (LIMA, 1980, p.83). A autonomia é quando o sujeito adquire consciência das regras e na interação com o outro, ele elabora suas próprias leis e as segue por vontade própria. Segundo Piaget (1932/1994), a autonomia moral é quando o sujeito chega a um nível em que ele é regulado pelos seus próprios valores, na autonomia predomina-se o respeito mútuo, ou seja, o sentimento de pensar no outro, baseada nas relações de cooperação na qual todos são iguais e tem voz ativa. Por sua autonomia o indivíduo é livre para fazer suas escolhas racionalmente. Piaget (1932/1994), destaca que não é somente em decorrência de maturação biológica que a construção e desenvolvimento da moral ocorrem de forma progressiva, desde a anomia até a tendência moral autônoma, mas também de-

vido a interação social, visto que as normas lógicas e morais são resultante de todo um processo de cooperação.

Desta forma, nota-se a importância de construir no ambiente escolar, junto aos professores, meios que levem os indivíduos a desenvolver sua autonomia, e desta forma, segundo as referências teóricas aqui propostas, faz-se necessário pensar em práticas morais que tenham o objetivo principal de formar cidadãos críticos, pensantes, que sejam capazes de desenvolver um pensamento e fazer suas próprias escolhas.

Antes de falar sobre a construção de valores morais no ambiente escolar, é importante entendermos o conceito de valores morais. Valores Morais podem se constituir como horizontes normativos considerados bons para vivência em sociedade, como por exemplo, solidariedade, respeito mútuo, justiça, cooperação, amor. Para entender os valores morais, é necessário ainda uma compreensão que exige do sujeito uma autonomia que possibilite o processo de descentração, para que consiga se colocar no lugar do outro. De acordo com Fuchs (2005, p. 17):

[...] com a necessidade do sujeito de se adaptar ao ambiente que o cerca, ocorre uma descentração [...] Assim, as relações interindividuais permitem ao sujeito dissociar o seu pensamento do seu “eu” e do pensamento do outro.

Contudo, entende-se que valores morais é uma construção social. Piaget (1932/1994), sem seus estudos deixa claro por várias vezes a importância do meio para o desenvolvimento da moral. Se a moralidade precisa ser construída pelos sujeitos, nota-se então a escola como grande responsável nesse processo. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, as instituições educadoras, são ainda locais onde podem ser estabelecidas relações de cooperação, fundamentais para a construção de valores morais.

Os valores morais seriam estabelecidos nas relações de cooperação.

Jean Piaget (1932-1977), mostra-nos em seus estudos que o sujeito tem papel ativo na construção de valores, das normas de conduta. Há uma interação, isto é, um caminho de ida-e-volta com o indivíduo atuando sobre o meio e o meio sobre ele, e não simplesmente a internalização pura desse ambiente (VINHA; TOGNETTA, 2009, p.527).

A construção de valores morais pode se dar no decorrer das vivências, passando por um processo sucessivo, o qual acontece na interação do indivíduo com o meio cultural e social e mediante relações interpessoais. Neste sentido, o papel do professor é de fundamental importância, uma vez que ele é responsável por promover e estimular o respeito mútuo advindo das relações de cooperação, que tem como propósito a autonomia.

A respeito da autonomia, La Taille (2007, p.13), a define como sendo um termo polissêmico:

Para a moralidade, dois sentidos devem ser lembrados. O primeiro liga-se a questão de liberdade: é autônomo que goza de liberdade, seja porque suas ações não são decorrentes de uma forma de poder exterior ao sujeito, seja porque não é irremediavelmente determinado por forças internas sobre as quais a vontade não exerce influência alguma.

Assim, autonomia está interligada à consciência das ações e à consciência das regras, pois há uma capacidade e liberdade de escolha, podendo o sujeito autônomo modificar as regras tidas como leis através do consentimento mútuo.

O autor (2007, p.14) ainda ressalta que:

O segundo sentido de autonomia que nos interessa aqui refere-se à autoridade: é autônomo quem legitima regras, princípios e valores morais sem referência a uma fonte que o transcende, sem referência, portanto, a figuras ou instâncias de autoridade (Deus, por exemplo). [...] em ambos os sentidos de autonomia de que falamos, a condição oposta é a heteronomia.



A este respeito, a autonomia moral seria a não necessidade da autoridade para nortear as ações do sujeito. Para o desenvolvimento moral da criança, Piaget (1932/1994), ressalta a importância da construção da consciência das regras, pois inicialmente a criança entra em contato com um sistema de regras mediante coação adulta, entretanto, ao longo do processo de desenvolvimento cognitivo e social, das relações de cooperação mútua, a criança passa a compreender a razão de tais regras, podendo alcançar assim, a autonomia.

### **Valores Morais**

Na Idade Média as normas morais eram diretamente ligadas a Deus e seus dogmas, mas na Idade Moderna a busca por valores que legitimassem a vontade do homem de viver em sociedade fez com que os sujeitos buscassem, por meio dos estudos psicológicos, sociológicos, filosóficos, referências para a construção de valores éticos e morais (GOERGEN, 2005). A necessidade de valores tornou-se uma preocupação universal e hoje se faz presente na vida dos sujeitos em todos os âmbitos, incluindo o âmbito educacional. Goergen (2005), destaca que:

Tal universalização deve-se ao próprio desenvolvimento da racionalidade moderna que, ao estabelecer uma relação intrínseca entre as dimensões teóricas (científicas) e as dimensões práticas (éticas), fez com que ambas sempre estejam presentes na própria matriz de qualquer conhecimento. (GOERGEN, 2005, p. 984).

Contudo, embora ética e a moral estejam presentes nos discursos atuais, é importante destacar que o que vemos é que esses valores não ultrapassam os debates e discursos, ou seja, são lembrados e estudados, porém não vemos esses valores sendo efetivamente desenvolvidos. Como ressalta Goergen (2005):

Embora educação e ética estejam relacionadas desde os primórdios de nossa civilização, esta discrepância entre a teoria e a prática também sempre foi muito nítida. Ao mesmo tempo em que todos reconhecem



a importância da relação entre ética/moral e educação nas famílias, nas instituições sociais, na mídia e também na própria escola, o tratamento dispensado à ética denota antes menosprezo que apreço. (GOERGEN, 2005, p.984).

Em relação ao ambiente escolar, podemos notar que a maioria dos profissionais da educação reconhece a relevância dos valores morais para a formação do sujeito, contudo constata-se que a ética aparece de uma forma singular nos currículos e projetos políticos pedagógicos. (GOERGEN, 2005).

A partir disto surge uma questão, qual é o papel da escola, e o que ela pode fazer em termos de educação ética e moral?

Segundo Lima (2003), o trabalho educacional a ser realizado na escola pode levar os alunos a desenvolverem no coletivo suas personalidades de forma autônoma e levá-los a um pensamento crítico voltado para a resolução de conflitos pessoais e sociais. Por meio do diálogo, os alunos são instigados a refletir sobre as relações e propor meios ativos para que estes conflitos sejam resolvidos ao longo das etapas consequentes da moralidade.

A escola, para formar cidadãos capazes de refletir de forma ética e moral, precisa ser primeiramente autônoma e capaz de conduzir seus alunos a uma mudança socialmente almejada. A moralidade e a ética devem estar presentes nas relações entre os indivíduos no ambiente escolar, para possibilitar a formação de sujeitos cooperativos, e que possam construir nas relações de reciprocidade sua personalidade e, principalmente a autonomia. Desta forma, é necessário refletir sobre o modo como a escola pode influenciar as crianças de maneira significativa no processo de construção de valores morais.

Ao longo do tempo, a escola passou a assumir muitos papéis, dentre eles a construção de valores morais, entretanto os profissionais ainda não possuem clareza do que fazer, ficando restritos ao currículo, deixando de ser visto e

trabalhado o desenvolvimento moral de modo ativo. Carporalli (1999), diz a respeito disto que:

A escola ensina a contar, a multiplicar e dividir, ensina o nome da capital da França, os rios que atravessam o Brasil, os planetas que compõem o sistema solar (...) A escola não ensina conceitos como cortesia, compaixão, generosidade, doçura, lealdade. Ninguém discute a razão pela qual muitos filósofos consideram a coragem a mais bela das virtudes. Ninguém mais adverte os garotos que ela pode se tornar perigosa se não for acompanhada de alguma outra virtude e de uma causa justa (CARPORALLI, 1999, p.23 apud LIMA, 2003).

Sendo assim, o que vemos é que a escola ainda se preocupa muito com a alfabetização linguística e matemática (sem desconsiderar tal importância), mas negligencia os valores que são essenciais ao sujeito compreender a existência e o respeito ao próximo, o significado do roubo, de tirar a vida do outro, do desrespeito no trânsito, por exemplo. A falta desses valores, que podem ser construídos na escola, influencia toda uma sociedade que não consegue diminuir os índices de violência (doméstica, no trânsito, verbal, dentre outras) e permanece em um ciclo vicioso causado pela falta dos valores essenciais ao desenvolvimento moral do sujeito.

Piaget, em seu livro *O Juízo Moral na Criança* (1932/1994), apresenta duas morais na criança, uma de coação (representada por uma relação heterônoma, de autoridade e dever perante a figura adulta) e outra de cooperação (baseada numa relação autônoma, de igualdade, solidariedade). À medida que a moral de cooperação passa a se desenvolver, perante a moral de coação, em decorrência de uma diminuição do fenômeno egocêntrico, a criança que vivenciava experiências de respeito unilateral, passará a ter uma compreensão e reconhecimento do outro, assim, Piaget reforça, em *Procedimentos de Educação Moral* (1930/1996), que é fundamental a criança experienciar vivências referen-

tes à justiça<sup>3</sup>, para que assim possa desenvolver a moral do respeito mútuo. Para o autor, esta moral “que é a do bem (por oposição ao dever) e a autonomia, conduz, no campo da justiça ao desenvolvimento da igualdade, noção constitutiva da noção de justiça distributiva e da reciprocidade” (PIAGET, 1932/1994, p.243).

Todas as relações interpessoais e sociais necessitam de características éticas e morais. A vida em sociedade, o viver coletivo, requer que valores sejam construídos, o que acontecerá somente se a resolução dos conflitos for tratada como prática recorrente, para que exista reflexão sobre determinada ação. A ética é a reflexão crítica da moral. A primeira faz uma ponte entre práticas e princípios que se pensados podem questionar e reformular os valores morais sem ser em si mesma normativa. Entre a moral e a ética há uma movimentação que vai da reflexão para a ação, e da ação para a reflexão, trazendo pensamento crítico acerca de acontecimentos que podem ser transformados por meio dos sentimentos morais.

A violência e o preconceito, seja de gênero racial, se fazem ainda mais presentes na nossa realidade, porém, pela educação, esta realidade pode se modificar por meio da formação ética e moral.

Com isto, trabalhar moralidade influencia diretamente no modo como os indivíduos desenvolvem o raciocínio e as estruturas cognitivas se formam, levando-os ao pensamento crítico acerca de questões sócio-morais<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> A justiça se define pela igualdade. A consciência que se define pela proporcionalidade entre o ato e a sanção. (PIAGET, 1994, p.157)

<sup>4</sup> De Vries e Zan (1998) apresentam o tempo-sócio moral para mencionar fenômenos tidos como sociais e morais.

Diante da falta de valores morais e principalmente cooperação entre os sujeitos, é necessário refletir sobre o papel da educação para mudar esta realidade.

A escola deve ser um ambiente propício ao desenvolvimento de valores, uma vez que os sujeitos têm a oportunidade de se relacionar com outros e por meio dessa prática, criar vínculos afetivos, criar regras grupais de convivência e resolver possíveis conflitos pela cooperação mútua, em que todos podem exercitar o respeito pelas necessidades e opiniões dos outros.

O professor tem papel fundamental na construção de princípios moralmente aceitáveis, pois, segundo De Vries e Zan (1998), o ambiente pode se parecer com um campo de treinamento, onde as crianças apenas obedecem regras sem poder questioná-las, tão pouco modificá-las. Neste espaço, a professora é vista como uma “sargento-instrutora” ao estimular a competição e criar falsos valores. Diferente deste cenário, o ambiente escolar pode-se parecer com uma comunidade, onde todos têm voz, se relacionam harmoniosamente e se respeitam. Neste contexto, a professora é vista como a “mentora” que os ajudam a organizar as ideias e as valoriza.

De Vries e Zan (1998, p.27), diz que “Com a assistência da professora nos conflitos, o entendimento interpessoal das crianças evolui a partir de ações impulsivas e autocentradas para negociações que respeitam os direitos e sentimentos dos outros”.

Para Piaget (1932/1994, p.154), as relações sociais de cooperação são essenciais para o desenvolvimento moral, e conseqüentemente influenciam na construção de valores, pois sem estas relações não há possibilidade de cooperação mútua, sem a qual não há respeito e reciprocidade. Piaget (1932/1994), res-

salta que sem a interação não há aprendizado, não há construção de conhecimento, muito menos a construção de valores.

O papel do professor segundo De Vries (1998), é fazer com que o ambiente escolar proporcione aos educandos a construção de valores sociais e morais, de uma autorregulação, da interação entre eles, e da capacidade de enfrentamento. É de extrema importância que o professor entenda o aluno e seus sentimentos, para que a relação entre eles seja baseada no respeito mútuo.

O professor deve propiciar junto ao ambiente escolar, possibilidades do exercício da cooperação, e conseqüentemente da construção as regras pelo grupo.

Nessa perspectiva, a circunstância ideal para que a criança aprenda os valores importantes ao processo de desenvolvimento moral, dependerá das relações baseadas na cooperação e no respeito mútuo que elas estabeleceram entre si. E partindo desta hipótese, a escola é o local mais oportuno, pois as crianças podem se relacionar com outras de uma forma igualitária.

Nota-se em alguns casos que a forma de disciplina adotada por alguns professores pode causar uma diversidade de valores nos alunos. Embora constatemos que a postura antiviolença é incentivada, Menin (2002), observou que em algumas vezes, em cursos de formação de professores, estes identificavam a violência entre crianças pré-escolares como uma forma de justiça, isto é, o senso comum entre professores reconhecia que o fato da criança revidar uma atitude violenta era uma atitude justa. Sendo assim, devemos questionar de que forma esta situação pode ser revertida. Para que haja o senso de justiça e ele se consolide, é de extrema importância que o professor entenda que este só se constrói em ambientes onde se encoraje as relações de cooperação e solidariedade para que as experiências sejam diferentes e necessariamente significativas

e, assim, possam contribuir qualitativamente não somente ao grupo escolar ao qual pertencem, mas também aos demais grupos sociais.

Quando falamos em moralidade, ou até mesmo em valores morais, é necessário também pensar como seria a vida em sociedade sem a existência deles. Se a moralidade os valores morais não fizessem parte das nossas vidas certamente quando houvesse alguma adversidade recorreríamos ao nosso estado primitivo e resolveríamos os problemas de uma forma equivocada, levando em conta os interesses individuais, por meio de um pensamento centrado. Somos seres sociais, vivemos em sociedade, não vivemos isoladamente. Desta forma, nota-se claramente a necessidade de regras, convenções sociais, valores que rejam a vida social dos sujeitos, para que haja principalmente o entendimento e valorização de sua importância. Os valores morais são em primeira instância respeito à vida, não a individual, mas sim a coletiva. Não há como falar de valores morais ou sociais sem falar em coletividade e sua importância para a construção desses. Os valores são formulados pelas pessoas de uma forma conjunta, e por isso são pensados para o benefício de todos e são responsáveis para conservação da ordem no coletivo.

O homem é livre para fazer escolhas e decidir o que é melhor para si, temos direitos previstos constitucionalmente, porém tudo é passivo de limites. A liberdade ou as emoções não podem ser desprovidas de moralidade e ética, pois acima de qualquer uma delas há os valores morais, cuja principal finalidade é o respeito à vida.

A seguir, discorreremos sobre as práticas morais que podem ser desenvolvidas no seio da escola, pelos professores em conjunto com os alunos, ressaltando a importância da participação de todos no processo de construção de uma prática ativa e no processo de conhecimento.

### Práticas Morais de Virtude

A partir dos estudos realizados sobre o ambiente escolar e a sua influência na construção da autonomia e dos valores morais, propõe-se uma reflexão sobre as práticas morais para a construção da autonomia em um ambiente propício que é a escola, e uma análise de como essas práticas podem influenciar no desenvolvimento moral dos alunos.

Nota-se que apesar do fato de muitos professores falarem sobre autonomia, e essa palavra se encontrar muito presente nos projetos políticos pedagógicos, nem sempre a escola consegue dispor de meios para que esta se efetive, o que em muitos casos se perpetua a manutenção da heteronomia. Daí, a importância de se analisar e refletir sobre a escola, e quais práticas os mediadores tem realizado para o desenvolvimento da autonomia moral.

Por moralidade, La Taille (2007, p.2), define como “[...] processos psíquicos por meio dos quais se legitimam regras, princípios de valores morais, entende-se por moral aquilo que é da ordem do dever”.

A autonomia moral pressupõe uma ativa participação dos indivíduos na elaboração das regras. Não se trata de uma ação mecânica que indica o que é bom para ser feito. Pelo contrário, trata-se de uma construção coletiva, que parte de uma reflexão dos sujeitos, sempre dispostos a criar novas regras, ou melhorá-las se necessário. Segundo Puig (1998, p.20), “a educação moral é essencialmente um processo de construção de si mesmo”.

No prefácio do livro de Puig *A construção da Personalidade Moral*, La Taille diz que:

A psicologia pode trazer subsídios que orientem o trabalho educacional de formação ética das novas gerações[...] No Brasil, textos sobre psicologia moral tornam-se também necessários pelo fato de o estado



estar propondo à sociedade um novo currículo para o ensino fundamental (parâmetros curriculares nacionais) que inclui ética com tema a ser trabalho pela escola (LA TAILLE, 1996 in PUIG, prefácio, 1998, p.8).

La Taille ainda diz que “[...] o interesse de Puig está no estudo do desenvolvimento de uma moral autônoma, portanto guiada por princípios livre e criticamente assumidos”.

Segundo Puig (1998), a educação moral é fundamentalmente um processo de construção da personalidade autônoma, mediante a um trabalho de reflexão e ação. Processo ao qual ninguém alcança de modo isolado.

Sendo a moralidade um processo de construção que ninguém realiza de forma isolada, é necessária a interação do indivíduo com o meio. O lugar onde esta interação é completa, e permissiva a erros e acertos, é o ambiente escolar, no qual os sujeitos interagem aprendendo a se relacionar e construindo suas personalidades. Nesse sentido, cabe a discussão a respeito de quais são as práticas realizadas no ambiente escolar que podem apoiar o desenvolvimento da personalidade ética.

Para entender o conceito de práticas, Puig (2004), formulou duas questões relacionadas a elas: quem protagoniza as práticas sociais e como se constrói a mente no interior de uma prática social.

As práticas não são vivenciadas individualmente, os sujeitos individuais não criam práticas sociais e nem as influenciam. Porém, é na coletividade que os sujeitos podem ser inventores e protagonistas das práticas sociais. Quando refletimos sobre as práticas na escola, pensamos em um conjunto de estruturas que se realizam e se evidenciam neste ambiente. A partir disso, nasce um questionamento, até que ponto os sujeitos são protagonistas e criadores de

suas práticas ou daquilo que fazem, ou eles apenas seguem os padrões previamente estabelecidos?

Para Puig (2004), há sim uma influência da sociedade na ação do sujeito, até porque não se cria algo a partir do nada, mas essas ações podem ser modificadas ou recriadas quando os sujeitos assim julgarem necessário.

As práticas são produtos culturais da comunidade e, ao mesmo tempo, são realizações pessoais dos sujeitos participantes. Além disso, por meio das práticas, os sujeitos se formam e as estruturas sociais se reproduzem. Portanto, as práticas permitem superar o dilema entre o objetivismo e o subjetivismo; elas são um espaço onde a ação expressa as restrições sociais, mas onde essa mesma ação reproduz e modifica tais condições (PUIG 2004, p.36).

E ainda convém destacar a importância de um espaço para criação de práticas sociais que conduzam a condutas morais. “[...] A moral é uma responsabilidade humana, mas é uma responsabilidade exercida, em grande parte, por meio da criação de condições que convidam a uma conduta moral ótima ou que permitem mantê-la” (PUIG, 2004, p.37).

Para explicar como se constrói a mente no interior de uma prática, é preciso entender como a mente e a cultura se entrelaçam, ou seja, o comportamento não se isola do seu contexto social, desta maneira a mente e, consequentemente, o comportamento reflete o que as condições socioculturais compartilham (PUIG, 2004).

Segundo Puig (2004), as práticas morais são acontecimentos educacionais organizados e rotinizados que dão oportunidade aos participantes para refletirem sobre situações, exercitar o autocontrole e construir a autonomia moral.

Os educadores tendem a rotinizar as práticas escolares porque sabem que isso é imprescindível para garantir a convivência escolar e a aprendizagem [...] Sem repetição não há possibilidade de aprendiza-

gem. Primeiro, porque, muitas vezes, as novas condutas ou disposições não são assimiladas senão por reiteração; e em segundo lugar, porque só vale a pena aprender aquilo que se vai repetir ou o que poderá ser aplicado de modo recorrente em situações similares. (PUIG, 2004, p.61).

Segundo o autor (2004, p.55), “[...] as práticas escolares nos falam daquilo que os educadores e os alunos fazem em conjunto na escola [...]”. Assim, as práticas nos permitem rever conceitos que nos ajudam a entender o modo como acontece o processo de construção da moralidade em uma relação do aluno com o meio.

As práticas muitas vezes são elementos utilizados pelos professores para desempenhar uma ação educativa sobre os alunos que vão incorporando valores coletivamente elaborados. Segundo Puig (2004), as práticas morais são valores e virtudes que se convertem em comportamentos.

Puig (2004), apresenta diferentes tipos de práticas. Abordamos para este estudo a prática de virtude, que se trabalhadas no ambiente escolar, favorece o entendimento dos valores morais e a tomada de consciência de sua importância.

Para que uma prática seja efetiva, é necessário que os participantes manifestem comportamentos virtuosos. As práticas de virtude irão exigir dos sujeitos um domínio de forma excelente na incorporação de valores. Tais valores só são possíveis quando os envolvidos se dispõem a realizar os passos que darão forma a ação humana voltada para a moral.

A virtude se refere à força ou a qualidade de uma pessoa. Mas não é uma qualidade geral de todos os seres, é vista de forma singular, é expressar condutas admiráveis do caráter que se refere à excelência que cada sujeito foi

criado para ser ou fazer. Neste sentido, a virtude tem a ver com a realização de forma excelente de tudo aquilo que nos faz humanos.

Para Mantovani de Assis e Tognetta (2006), o caráter de virtude está relacionado ao afeto, pois é através deste que se originam as vontades de fazer o bem para o outro e para si. Sendo assim, a virtude seria o equilíbrio entre o bem de si e o bem do outro, e a vontade que fazer o bem, pois a própria ação representa uma disposição para a solidariedade, virtude que não se espera algo em troca além do bem proporcionado ao outro.

Desta forma, para Puig, as práticas de virtude levariam os sujeitos a buscar a excelência moral através de suas ações considerando os aspectos sociais e afetivos.

Mantovani de Assis e Tognetta (2006), ainda ressaltam que, a virtude não é uma capacidade inata, mas sim adquirida por meio das interações do indivíduo com o meio. Não se trata de ensinar virtudes, mas proporcionar constantemente meios que favoreçam essas relações de construção de um caráter virtuoso.

Para tal construção, será necessário então, dispor de práticas que conduzam aos valores morais e a autonomia. Para isto, as práticas de virtude têm como objetivo uma formação para além dos conteúdos curriculares; visa também uma formação moral e ética que leva em consideração a cooperação, respeito mútuo, solidariedade e justiça; valores estes que podem ser vivenciados em ambientes escolares, propícios a este desenvolvimento.

As ideias que podem guiar a constituição de práticas de virtude levam em consideração os fatores que podem ajudar na formação da coletividade e cooperação.

As práticas escolares de virtudes apontadas por Puig (2014), podem ser ilustradas da seguinte forma:

#### Práticas escolares de virtude

- Métodos de aprendizagem cooperativa
- Realização e revisão de tarefas de classe
- Realização de projetos
- Formação de grupos de trabalho

Entende-se que as escolas lançam mão de várias práticas de virtude, contudo, sem a intensidade desejável. Desta forma, ao planejar uma prática que tenha como objetivo desenvolver as virtudes humanas, os educadores devem pensar nas funções que elas se designam, uma vez que elas não são planejadas para desenvolver apenas uma virtude, e serem vivenciadas apenas na escola. Elas são planejadas para a evolução das virtudes e para que estas se estendam para outros ambientes, fazendo com que tornem-se desejáveis e parte da personalidade dos sujeitos.

Desta maneira, sendo a escola, um espaço propício a esta construção, enumeraremos algumas práticas escolares de virtude. É próprio dos métodos de aprendizagem cooperativa que o sujeito seja um coletivo formado por uma parte ou pela totalidade da classe. Estes métodos têm como objetivo satisfazer a necessidade de convivência e interação social que vise à cooperação, solidariedade, respeito mútuo, ou seja, uma prática que visa à vida coletiva. Assim, as atividades desenvolvidas têm em vista a coletividade. Os métodos de aprendizagem coletiva desenvolvem justamente o olhar para o outro, a sensibilidade e tomada de consciência que existe outro ponto de vista, outro o olhar que não o seu, desta forma, possibilita o desenvolvimento das virtudes de solidariedade,

respeito, justiça, entre outras. Estas práticas suprirão as necessidades escolares de comportamentos ativos e comunicativos dos sujeitos.

Outra prática de virtude é a realização e revisão das tarefas de classe. Essas práticas têm como objetivos formar grupos de trabalho que funcionam como unidades, que empreendem atividades escolares, em que os alunos podem realizar e revisar suas atividades e tarefas com a ajuda dos amigos, ou seja, possibilitam que os alunos ajudem uns aos outros. Os espaços na sala de aula são organizados em subgrupos de quatro alunos. São espaços de ajuda mútua. As práticas de realização e revisão de tarefas de classe cristalizam valores de relacionamentos e buscam proporcionar o auxílio dos seus iguais, ou seja, muitas vezes, o aluno se sente envergonhado de perguntar para o professor, mas poderá com facilidade perguntar para seus amigos, ou até mesmo ajudá-los se necessário. Como apresenta Puig (1994, p.155):

As ideias que devem guiar a constituição dos subgrupos da classe foram formuladas: “em que posso ajudar e em que devem me ajudar” [...] O primeiro passo será solicitar a todos os alunos que, depois de pensar bem, expliquem o que podem oferecer a seus colegas, e que ajuda lhes pedem. Estamos diante de uma tarefa de reflexividade incrustrada em uma prática de virtude: nesse momento de formação dos grupos, cada um deve olhar para si mesmo para saber o que lhe falta e o que domina.

Isso poderá resultar em uma tomada de consciência a respeito dos aspectos nos quais o aluno pode melhorar com a ajuda dos seus amigos, e ainda o que deve aperfeiçoar para oferecer a mesma ajuda a eles. O exercício de observação de si mesmo permitirá que os alunos explorem seus pontos fortes, contribuindo para a autoestima, desta forma, acabará por produzir progressos educativos significativos.

A próxima prática a ser apresentada tem como objetivo a formação de grupos de trabalho. Como dito anteriormente, as práticas morais de virtude

se configuram em grupos, pois visam a coletividade. Para a formação dos grupos de trabalho, é necessário antes saber qual a proposta de atividade e qual o objetivo a ser alcançado com ela, e com este exercício de formação dos grupos de trabalho, a intenção passa a ser de tornar os grupos cada vez mais heterogêneos, sendo que “[...] nesse momento da prática entram em jogo vários dinamicismos formativos” (PUIG, 2004, p.157). Desta forma, os grupos de trabalho exigem critérios de formação que levem em consideração a colaboração de todos. Sobre esse aspecto, Puig (2004, p.165) ressalta que:

Novamente, o esforço para aplicar os critérios, para ceder e aceitar que há colegas que precisam de mim e eu preciso deles, mesmo que não sejam meus melhores amigos – um esforço para ajustar os grupos sem que ninguém sobre nem falte. Uma ocasião para aprender a cooperar.

A delimitação e a sistematização da estrutura de trabalho dependem do professor, uma vez que este permitirá que os alunos se organizem e encontrem possíveis soluções para a formação dos grupos, para que sejam constituídos da melhor forma dentro do contexto de cada atividade. “A negociação cooperativa entre colegas e as constantes interpelações de todo tipo por parte da professora converteram esses processos em momentos de esforço pessoal e relacional. E obviamente, em espaços onde viver valores e formar virtude.” (PUIG, 2004, p.167).

A última prática a ser elencada é a de realização de projetos – a qual envolve as anteriormente citadas – que busca abranger atividades pedagógicas e situações que levem os alunos a praticar a expressão, o falar e fazer, exercitando assim, a necessidade de interação entre os envolvidos nos grupos, possibilitando a construção da autonomia. É importante ressaltar que a realização dos projetos pressupõe uma efetiva participação dos sujeitos e leva em consideração os aspectos sociais, morais e curriculares. Na realização dos projetos, tra-



balhar conteúdos curriculares, formação moral e social, tornam-se tarefas primordiais, não devendo ser tratadas isoladamente, e sim de forma conjunta, intrínseca, uma vez que o assunto abordado é tão importante quanto o modo como é trabalhado, e o processo de formação de virtudes deve ser tão importante quanto seu fim.

As práticas de virtude exigem tarefas coletivas, realizadas com base na cooperação e na necessidade da convivência coletiva. Elas suprem as necessidades escolares e perseguem valores distintos com o intuito de torná-los essenciais aos alunos que delas participam. De acordo com Puig (2004, p.149):

É próprio da natureza das práticas de virtude que o protagonista seja um coletivo formado por uma parte ou pela totalidade de uma classe, e pelos adultos responsáveis por ela. As práticas de virtude exigem uma tarefa cooperativa realizada entre diversos indivíduos - uma tarefa que tem como função satisfazer alguma necessidade relacionada com a convivência [...], ou seja, com a vida da coletividade.

Assim, nota-se claramente a importância da prática para a construção das relações interpessoais e atitudes cooperativas. As práticas de virtude, que “[...] englobam todos os cursos de acontecimentos que cristalizam valores em uma forma social estabelecida [...]” (PUIG, 2004, p.95). Essa prática tem o desígnio de transmitir aos alunos as qualidades consideradas moralmente desejáveis, que exijam do sujeito uma excelência pessoal. Uma rotina é uma prática de virtude. Ela estabelece atividades e tempos determinados, cristalizam valores nos comportamentos e visam criar hábitos nos alunos.

Puig (2004), ao falar de práticas morais de virtude ressaltou que estas expressam valores. Requerem virtudes e apontam para finalidades morais.

A prática de virtude tem como objetivo principal, o trabalho em grupo, desta forma, visa à coletividade, o exercício de ouvir o outro, proporcionar a ajuda mútua, e a negociação cooperativa.

Uma assembleia de classe também é considerada como prática de virtude. Para que ela seja realizada de forma correta, é necessário que os alunos adquiram um nível de excelência que os torne mais participativos dispostos a dialogar, ouvir o outro e principalmente ter uma visão crítica acerca dos acontecimentos vivenciados pelo grupo.

Para De Vries e Zan (1998), a escola deve proporcionar um ambiente sociomoral, onde se cultive o respeito pelo outro, conduzindo um trabalho em grupo, usando alternativas de cooperação e solidariedade.

A assembleia de classe pode ser compreendida como uma prática de virtude que desenvolve uma rede de significações que abrangem os valores morais. Através das assembleias de classe, as regras coletivamente elaboradas podem ser repensadas pelo grupo para uma melhor convivência e, ainda permitem que os sujeitos participem das decisões tomadas pela maioria. Esta prática desenvolve ainda, um nível de aceção à democracia e a importância de se discutir democraticamente questões relevantes.

Nesta prática moral, a assembleia é vista como participação democrática e se proporciona a construção de princípios éticos e valores morais. Para Arguís (2002, p.28), a assembleia é um “espaço de educação moral, porque nelas introjetam-se valores como respeito, a colaboração, a solidariedade ou a justiça”.

Para Araújo (2004), as assembleias escolares levam os alunos a uma reflexão acerca dos acontecimentos educacionais e uma mudança nas ações pautadas no respeito ao outro e na cooperação, visto que estas atividades vão acrescentando um desejo de ser moralmente bom e críticos em coerência com o seu meio.

Portanto, as práticas de virtude desenvolvidas por meio de assembleias de classe, favorecem as relações pautadas no diálogo e respeito, e são vistas como recurso valioso para o educador, por possibilitar uma evolução moral por meios dos valores morais.

As práticas de virtude convertem-se em negociações cooperativas entre os alunos e as intervenções dos professores transformam esses momentos em esforços pessoais e relacionais. E assim, a escola em um espaço onde é possível viver valores morais e formar virtudes.

Em relação ao tema de valores, é preciso ressaltar que elas perseguem valores distintos. Através destas práticas, é possível propiciar uma tomada de consciência e reflexão pelos alunos e até mesmo pelos professores, que desta forma avaliam seu trabalho e o tempo dedicado a fundamentar, planejar e executar tais práticas.

Os processos educacionais são vivenciados pelos sujeitos nestas práticas, portanto, um dos principais objetivos dos educadores deve ser projetar práticas que levem os alunos a uma educação que desenvolva a moral e os valores morais. No ambiente escolar, as práticas morais propiciam o desenvolvimento da autonomia.

Os valores que devem ser construídos na escola devem estar implícitos nos conteúdos abordados nas diversas disciplinas escolares e nas relações interpessoais.

As práticas morais têm como objetivo fazer com que os sujeitos expressem pela ação suas restrições sociais e por meio desta ação possam modificar seus pensamentos e sentimentos e assim reconstruí-los de uma forma mais crítica, assim como diz Puig (2004, p.36).

Os educadores são os planejadores de práticas e devem visar à construção de um meio que seja educativo, onde os alunos possam fazer parte de um ambiente construtivo que instrua e transforme. Este meio deve possibilitar formas de aprendizagem desde o ler e escrever até resoluções de conflitos. Sendo as práticas morais acontecimentos humanos organizados, faz-se necessário que estas sejam de fato vividas pelos sujeitos em conjunto com o meio.

Nota-se então que:

As práticas como contextos formais ou informais exercem uma ação educativa sobre os seus participantes. Uma prática moral é um curso de acontecimento culturalmente estabelecido que permite enfrentar situações significativas, complexas ou conflitantes do ponto de vista moral (MATTOS, 2012, p.109).

Desta forma, as práticas de virtude buscam oportunizar aos sujeitos socializar, resolver conflitos e organizar regras por meio da cooperação alcançando a autonomia do grupo. As práticas existem pela ação humana. “As práticas morais levam o ser humano ao desenvolvimento de valores, virtudes, conceitos de valor, sentido de coletividade, identidade pessoal e ética” (MATTOS, 2012, p.109).

No âmbito educacional, as práticas de virtude têm como função a regulamentação das relações interpessoais, que podem trabalhar questões vivenciadas pelo grupo, como conflitos entre os alunos, dificuldades de aprendizagem, tipos de abordagem em relação à desinteresse pelos temas propostos nas aulas.

Portanto, as práticas de virtude podem ser desenvolvidas para construir atitudes e valores morais na escola. E um dos principais papéis do professor está em planejar essas práticas.

Planejar práticas é imaginar peças educacionais, ou seja, imaginar processos que simultaneamente visam objetivos educacionais e expressam valores; instruem e formam. Trata-se de peças que devem ir respondendo a cada uma das necessidades educacionais, desde ensinar a ler, até administrar conflitos (PUIG, 2004, p.197).

É importante ressaltar que as práticas são planejadas pelos professores, mas em conjunto com a classe são desenvolvidas de modo a ampliar o ensino e os esforços de aprendizagem (PUIG, 2004).

Assim, as práticas de virtude devem ser construídas juntamente com as crianças, pois desta forma, a personalidade destas vai sendo desenvolvida por meio da participação e responsabilidade.

O papel da prática moral no contexto educacional tem uma finalidade a partir do momento em que ela auxilia o educador a desenvolver uma prática pedagógica que conduza seu aluno a uma reflexão crítica, por meio da participação, cooperação e autonomia moral.

A educação moral vai depender primeiramente de um meio educacional onde as práticas morais podem expressar valores que vão conduzir o aluno a sua autonomia moral.

Com isso, cabe ressaltar que as práticas dos professores devem ser revistas, e que as escolas, juntamente com os seus docentes, busquem teorias que embasem uma prática voltada para as questões morais, e que deste modo conheçam e permitam a construção da autonomia de seus alunos.

Por fim, Puig (2004), nos fala que a educação voltada para o desenvolvimento da moral por meio de práticas morais nos convida a ir além da educação tradicional, e superar ainda o entendimento que a educação é unicamente um processo individualista onde o sujeito é autônomo sozinho ou que é um

processo unicamente coletivo onde as relações sociais moldam a moral. Ele ainda ressalta que:

Pretendemos nos aproximar de um modelo de intervenção pedagógica coerente com o conceito de prática. Trata-se de entender a ação educacional como uma tarefa centrada, de forma prioritária, no planejamento de práticas morais e construção de meios com uma densa cultura moral [...] os educadores devem ser, talvez acima de tudo, planejadores de práticas morais e construtores de meios educativos com um claro conteúdo moral (PUIG, 2004, introdução).

Desta forma, os professores são vistos como construtores de um meio educativo por meio das práticas morais, onde seja possível pensar a relação interpessoal entre currículo, mas também possam ir ao encontro da educação moral onde os alunos aprendam a viver de acordo com os valores morais.

Com isso pode-se concluir que a educação moral depende, de uma forma significativa, da construção de um meio educacional em que as práticas demonstrem valores morais que vão reger todos os alunos/sujeitos ao longo de suas vidas.

Entende-se que o meio influencia o indivíduo, que por sua vez influencia o meio (SANTOS, 2012), dessa maneira, é fundamental conhecer os processos pelos quais os alunos passam para construir seus princípios, valores e alcancem uma autonomia moral.

### **Considerações Finais**

Por fim é apresentado um rumo que poderia ser seguido pela escola, levando em conta ainda a formação para além dos conteúdos curriculares, uma formação para a educação moral voltada para a construção de valores, valores estes que são de extrema importância, levando em conta os rumos da sociedade atual. Com a falta de valores ou até mesmo os valores em crise, a educação é um processo de atuação capaz de transformar essa realidade mediante práticas vol-

tadas para valores e para a cultural moral, onde podem e devem ser estabelecidos vínculos afetivos entre os sujeitos, buscando a solidariedade, a cooperação e o respeito.

Em relação às Práticas Morais, foi possível definir práticas que os professores podem dispor para que esta autonomia desejada seja alcançada. Puig (2004), descreve práticas que nos possibilitou refletir sobre a moral como não sendo apenas um processo de desenvolvimento ou socialização, mas práticas morais que nos aproxima de uma intervenção pedagógica que entenda a ação educacional voltada para o planejamento e construção de meios que consistem em estabelecer boas relações entre os alunos, sem deixar de relacionar currículo e moralidade.

A prática moral nos ajuda a entender o processo de construção da moralidade e dispõe de meios para intervir neste. As práticas morais visam que o ambiente escolar proporcione aos educandos maneiras de se relacionarem uns com os outros levando em conta suas diferenças, tendo como objetivo um melhor convívio entre eles. Sendo assim, devem ser desenvolvidas em ambientes que favoreçam a experimentação de situações que levem os alunos a construir seus valores morais, pelo respeito mútuo, na medida em que exercitam sua autonomia, tomando decisões coletivas, fazendo com que estas tornem-se intrínsecas às suas vidas.

Antecedendo o processo de elaboração das práticas morais, subjazem as condições do ambiente para que se possam elaborar práticas eficazes. “O ambiente escolar influencia a maneira como os alunos se relacionam e lidam com seus conflitos interpessoais” (TOGNETTA, VINHA, 2007, p.13).

O professor deve reconhecer que seu aluno tem potencial e pode desenvolver-se e aprender, mas para que isso ocorra, é necessário que ele se apro-



prie de práticas morais, e tenha como meta o desenvolvimento da autonomia do educando. Deve ter consciência da importância da prática de resolução de conflitos pelos próprios alunos e auxiliá-los na compreensão deste conhecimento.

Para que possamos formar sujeitos autônomos, Tognetta e Vinha (2007), disserta sobre como deve ser o ambiente que proporcione autonomia.

1. Estrutura da razão: o sujeito precisa tomar consciência de suas ações- por isso a importância de que o conhecimento seja investigado, reinventado ou descoberto pelos alunos, e não transmitido como verdade absoluta... 2. ação do sujeito: daí a importância de incentivar os alunos a fazer por si mesmos tudo aquilo de que já são capazes. 3. o exercício das escolhas: escolhas levam a comparação, a tomada de decisões e a responsabilidade... 4. as trocas entre iguais: elas devem se dar pelo respeito mútuo; respeito não apenas com a autoridade, mas entre os pares... 5. alternativa aos limites pela cooperação... 6. a educação do sentimento: pelo falar de si, pelo manifestar e pelo ter reconhecido seus sentimentos. (2007, p.136, 137,138).

As práticas morais não se limitam apenas à ação do sujeito, tão pouco ao meio em que ele esteja se desenvolvendo, “as práticas são meio e sujeito criando-se um ao outro” (PUIG, 2004, p.66), são ações coletivas dos sujeitos que se complementam ao meio, com a finalidade de transformá-lo.

Ao falar de práticas morais, Puig (2004) descreve o valor histórico e cultural que elas exercem sobre a personalidade moral do sujeito. No decorrer de uma prática, o indivíduo aprende a comportar-se de acordo com os valores estabelecidos pela comunidade em que ele vive, isso faz com que ele sinta-se parte desta e a valorize. Em suma, as práticas morais conduzem o sujeito a desenvolver suas virtudes e valores, levando em conta condições endógenas e exógenas auxiliando-o na construção interna e coletiva de suas relações.

## Referências

ARAÚJO, U. F. *Assembléia escolar: um caminho para a resolução de conflitos*. São Paulo: Moderna, 2004.

ARGÜÍS, R. et al. Tutoria: com a palavra, o aluno. Tradução de Fátima Murad Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARVALHO, J, S, F. [et al]. Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

DE VRIES, R.; ZAN, B. A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artes médicas, 1998.

FUCHS, A. C. M. Improvisação teatral e descentração. 2005. 91f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS/Brasil. Recuperado em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5081/000509730.pdf?...1>.

GOERGEN, P. Educação e valores no mundo contemporâneo. Campinas: educ. soc. vol. 26, n.92, p. 983-1011- out. 2005.

\_\_\_\_\_. Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. Campinas, educ. soc. vol.28, n.100-especial, p.737-762,out.2007.

GRIGOLON, A. K. [et. al]. Regras escolares: o que pensam os alunos do ensino fundamental I e II. Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genéticas. v.5. n.1. jan/jul/2013.

LA TAILLE, Y. Desenvolvimento humano: contribuições da psicologia moral. Instituto de psicologia – USP. 18 (1), 11-36, 2007.

LA TAILLE, Y; MENIN, M, S. S. [et al.] Crise de valores ou valores em crise?. Porto alegre: Artmed, 2009.

LIMA, A. E. O. A ética e o ensino infantil: o desenvolvimento moral na pré-escola. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília, SP/Brasil.

LIMA, L, de O. Piaget para principiantes. São Paulo: Summus, 1980.

MACEDO, L. O lugar dos erros nas leis ou nas regras. In: PIGET, J. et al (orgs). Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do psicólogo, 1996.

MANTOVANI DE ASSIS, O. Z. Uma nova metodologia para a educação pré-escolar. São Paulo: Pioneira, 1989.

MANTOVANI DE ASSIS. TOGNETTA, L. R. P. A construção da solidariedade: as virtudes, a razão e a afetividade. Educação e pesquisa, São Paulo, v.32, n.1, p.49-66, jan/abr 2006.

- MATTOS, A. P. de Ética e responsabilidade profissional. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.
- MEIRELES, M. M. Anomia: clínica psicanalítica. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.
- MENIN, M. S. S. Desenvolvimento moral. In: PIGET, J. et al (orgs). Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do psicólogo, 1996. (Originalmente publicado em 1930).
- \_\_\_\_\_. Valores na escola. Educação e pesquisa. São Paulo, v.28, n.1, p. 91-100. jan/jun. 2002.
- PIAGET, J. Para onde vai a educação? Rio de Janeiro: Unesco, 1978.
- \_\_\_\_\_. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994. (Originalmente publicado em 1932).
- \_\_\_\_\_. Os procedimentos de educação moral. In: Cinco estudos de educação moral. São Paulo: casa do psicólogo, 1996 (Originalmente publicado em 1930).
- PUIG, J. M.. Ética e valores: métodos para um ensino transversal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.
- \_\_\_\_\_. A construção da personalidade moral. São Paulo: editora Ática, 1998.
- \_\_\_\_\_. Democracia e participação escolar. São Paulo: Moderna, 2000.
- \_\_\_\_\_. Práticas Morais – uma abordagem sociocultural da Educação Moral. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
- SANTOS, A. C. B. H. dos [et. al] Educação moral na escola: relato de experiências. Nuances: estudos sobre educação. Ano XVIII, v.23, n.24, p.124-143, set/dez. 2002
- TOLEDO, C. A. A de. Sobre o conceito de subjetividade na filosofia do direito de Hegel. Acta scientiarum. Human and social sciences. Maringá, v.25, no2, p. 251-255. 2003.
- TOGNETTA, L.R. P.; VINHA, T. P. Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola. Campinas, SP. Mercado de letras, 2007.
- VINHA, T. P.; TOGNETTA, L, R, P. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. Rev. Diálogo educ., Curitiba, v.9, n.28, p. 525-540, set/dez. 2009